



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Sergio Moro

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as fraudes bilionárias relacionadas a descontos não autorizados por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, veio à tona um dos maiores escândalos envolvendo a Previdência Social brasileira, com prejuízos bilionários decorrentes de fraudes sistemáticas nos benefícios do INSS, afetando diretamente aposentados, pensionistas e os cofres públicos.

Em relatório da Polícia Federal, a operação “Sem Desconto”, revelou que entidades sindicais e associações de aposentados vinham aplicando descontos mensais diretamente nos benefícios, sem consentimento formal dos segurados. Os valores foram repassados com base em Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados com o INSS. As apurações apontam crimes de corrupção ativa e passiva, falsificação de documentos, organização criminosa, violação de sigilo funcional e lavagem de dinheiro. Ao todo, 11 entidades estão sob investigação e os recursos movimentados entre 2019 e 2024 alcançam R\$ 6,3 bilhões, embora ainda se investigue o percentual efetivamente desviado. Ainda, estima-se que 4,1 milhões de pessoas foram vítimas das fraudes.

Neste ano, o Jornal Nacional divulgou que teve acesso a atas de reuniões de junho de 2023, do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) que mostram que o então Ministro da Previdência, Carlos Lupi, foi alertado sobre possíveis irregularidades nos descontos feitos por entidades em benefícios do INSS. A conselheira Tonia Galleti, tentou incluir o tema na pauta, mas o pedido foi



rejeitado por não estar previamente agendado. Mesmo reforçando a gravidade das denúncias e solicitando dados detalhados sobre os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), o assunto foi adiado para a reunião seguinte, em julho, que novamente não tratou do tema.

Apesar das insistências e da presença da alta cúpula do ministério, nenhuma medida concreta foi tomada até março de 2024, quando o INSS publicou novas regras para autorizar descontos em aposentadorias. Até então, o caso já era alvo de investigação da CGU e do TCU.

Análise das atas de 23 reuniões do conselho revelou que o tema só foi oficialmente discutido em abril de 2024, quase dez meses após o primeiro alerta. Nesse período, segundo auditoria da CGU, os valores descontados chegaram a R\$ 250 milhões por mês, triplicando em menos de um ano.

As fraudes só foram efetivamente interrompidas após a operação conjunta da Polícia Federal e da CGU, que também levou ao descredenciamento das entidades suspeitas. Carlos Lupi confirmou que recebeu os alertas em junho de 2023 e afirmou que o INSS iniciou a revisão das normas a partir daí, com mudanças formalizadas apenas em março de 2024. *Fonte da reportagem do Jornal Nacional: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/04/26/inss-lupi-teria-sido-alertado-sobre-fraudes-em-junho-de-2023.ghtml>*

Diante da dimensão social, financeira e institucional dessas fraudes, a presença do atual Ministro da Previdência Social é essencial para garantir a transparência dos atos do Poder Executivo e assegurar que essa Casa Legislativa exerça plenamente sua função de fiscalização em defesa dos direitos dos aposentados, pensionistas e contribuintes brasileiros. É importante destacar que durante o período em que parte significativa dessas fraudes foi identificada, o atual Ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, ocupava o cargo de Secretário-Executivo da pasta, função estratégica na formulação, coordenação e supervisão das políticas públicas da área.

Com sua nomeação como titular do ministério, torna-se fundamental que o Ministro compareça a esta Casa Legislativa para:

- Prestar esclarecimentos sobre a fraude bilionária do INSS;
- Explicar sobre a ausência de ação imediata do Ministério da Previdência Social quando foram informados das fraudes;
- Pontuar as ações adotadas à época em que atuava como Secretário-Executivo e no atual cargo de Ministro;



- Detalhar as medidas implementadas para estancar os prejuízos e corrigir as falhas nos sistemas de controle de benefícios e de consignações;
- Informar as providências administrativas contra os responsáveis, incluindo possíveis servidores envolvidos;
- Explicar as medidas de ressarcimento aos segurados atingidos por descontos indevidos; e,
- Esclarecer os critérios para autorizações de descontos por associações, além de propostas para revisar ou revogar mecanismos que possibilitaram tais abusos.

Do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 5 de maio de 2025.

Senador Sergio Moro
(UNIÃO - PR)

